

A Reforma Universitária de 1968: memórias da repressão e da resistência na UFMG*

Maria Eliza Linhares Borges**

Ora!, o que a memória põe em jogo é grande demais para ser entregue ao entusiasmo ou à cólera. É preciso começar a reconhecer as grandes características desse fenômeno complexo, a vida do passado no presente
T. Todorov

Este artigo reúne resultados de uma pesquisa desenvolvida no Programa de História Oral da UFMG entre 2006 e 2007. Na ocasião, quatro pesquisadores e cinco bolsistas de Iniciação Científica realizaram 32 entrevistas (cerca de 80 horas gravadas) sobre a história da constituição dos campos científicos na Instituição. As memórias do período autoritário de 1964-85 foram abordadas por 56% dos entrevistados que na época eram estudantes ou membros do corpo docente.

Estimulados pelos pesquisadores, os entrevistados deixaram suas memórias circularem entre dois tempos de mudança da vida universitária do país, em especial da UFMG. O passado lhes trazia fragmentos dos anos da ditadura na Universidade, sobretudo do ambiente vivido por alunos,

* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no IX Encontro Nacional de História Oral, São Leopoldo (RGS) em abril de 2008, na mesa organizada pela Profa. Angela de Castro Gomes, intitulada: “História Oral, trabalho e trabalhadores: novas possibilidades de pensar um tema”

** Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

professores e funcionários técnico-administrativos em meio à implementação da chamada Reforma Universitária de 1968. No decorrer das gravações, as lembranças materializavam a movimentação nos corredores dos edifícios das faculdades; o ambiente ora tenso, ora descontraído das salas de aula; as passeatas estudantis, o movimento dos cavalos e cassetes da polícia nas ruas da cidade; as viagens de formação acadêmica dos que seguiam para a Europa ou para os EUA; o boca a boca que então funcionava como estratégia para fazer circular notícias e garantir a todos alguma margem de autonomia nos espaços da Universidade. O outro tempo: o presente, reavaliava o passado revisto, lido e interpretado à luz das vivências que hoje pautam o cotidiano da pesquisa, do ensino e da extensão, bem como dos novos desafios trazidos pelo REUNI e os debates sobre a ampliação do número de vagas nas IFES, as cotas étnicas e os estímulos oficiais à abertura de novos Programas de Pós-Graduação gerenciados pelos Programas já consolidados.

Em meio ao ir e vir da memória - lembrar, narrar, reavaliar - os entrevistadores escutavam atentos. Buscavam enxergar nas subjetividades dos entrevistados vetores de acesso à realidade. Antes: tentavam extrair valor heurístico das narrativas que, transitando entre tempos e espaços distintos, construía comparações capazes de elucidar percepções individuais das lógicas institucionais em jogo no passado e no presente. Observando o que era valorizado e não-valorizado por cada sujeito do discurso, os entrevistadores reuniam elementos para a compreensão das lógicas discursivas que sustentavam os discursos proferidos. Simultaneamente, indagavam por nomes, lugares e situações que pudessem esclarecer lacunas de informações factuais ou mesmo de compreensão do que ia sendo narrado.

No decorrer da pesquisa, as narrativas orais foram analisadas em separado e posteriormente cruzadas entre si. Um estudo sobre a memória oral dos reitores da UFMG (Resende e Neves, p. 1998) e outros sobre a Universidade brasileira em seus diferentes momentos (Fávero, 2006; Costa, 2005; Trindade, 2007) serviram de parâmetro para a checagem de dados, compreensão dos contextos históricos e até mesmo para a desmistificação de certos mitos que ainda hoje permeiam a história da UFMG no que se refere ao período do regime autoritário de 1964-85.

Para este texto, especificamente, trabalhamos com diversas memórias até então silenciadas que, estimuladas pelos pesquisadores e favorecidas

pelo clima de debate sobre reformas nas IFES, encontraram as condições propícias para virem à tona. Da escuta registrada, duas práticas foram valorizadas pelos entrevistados: uma destacou as ações dos representantes da ditadura na Universidade; a outra deu relevo às formas de atuação de professores e alunos durante os primeiros anos de implementação da Lei nº 5.540/68.¹

Se, por um lado, as lembranças dos entrevistados deram vida a experiências individuais, pautadas por ritmos próprios, ou seja, por leituras singulares do ontem, por outro, estavam conectadas a um mesmo condicionante societário: a ditadura e sua interferência no cotidiano da Universidade. Por isso mesmo, revelaram situações recorrentes que, para nós pesquisadores, funcionaram como vetores de acesso à compreensão de dois pontos importantes: as práticas dos representantes da ditadura e as estratégias de resistência dos que viveram o cotidiano da vida universitária na UFMG naqueles anos de repressão e resistências. Sua abordagem é o principal objetivo deste artigo. Antes, porém, faz-se necessário um breve intervalo para melhor expor o contexto da implantação da Reforma Universitária de 68 e da atuação da cúpula da UFMG no período.

A UFMG: coesão interna e capacidade de resistência?

Em 1965, o regime de exceção fez publicar o *Parecer 977*, então conhecido como Parecer Sucupira. Seu objetivo era definir e regulamentar a Pós-Graduação nas universidades brasileiras. O modelo utilizado foi o das Universidades norte-americanas. Desenvolvimentistas que eram, seus formuladores e executores civis e militares acreditavam que o controle político das universidades públicas criaria as condições para que elas cumprissem seu papel no projeto de modernização do país. Não por acaso, as áreas técnicas encabeçaram a lista de campos científicos a serem priorizados, sobretudo no que se refere à formação de quadros nas universidades brasileiras.

1 A Lei nº 5.540/68, de 28/11/1968 que ficou conhecida como Reforma Universitária de 68 definiu a organização e o funcionamento do Ensino Superior a partir de três eixos: ensino, pesquisa e extensão e ainda estabeleceu a articulação das IFES com a Escola Média

Visando atender a esses e outros requisitos, foram editados dois Decretos-lei. O Decreto-lei n. 53, de nov/66, e o de n. 252, fev/67. Em nov/68 veio a Lei n. 5.540, assinada pelo General-presidente Costa e Silva. Este conjunto de regulamentações ficou conhecido como a Reforma Universitária de 68. O primeiro definiu a estrutura das Faculdades como espaço de ensino e pesquisa, tal como conhecemos hoje, bem como a criação dos Institutos Básicos ou Centrais, responsáveis pela nova estrutura das Faculdades. O segundo postulou as normas para os serviços de extensão que faria a ponte entre universidade e sociedade. Com decorrência direta de tais medidas, foram criados os departamentos, colegiados de curso, ciclos básicos, cursos e serviços de extensão.

Em nov/68, o Art. 48 da lei n. 5.540 deu plenos poderes ao Conselho Federal de Educação para suspender a autonomia das Universidades, designando inclusive um Reitor *pro tempore*, se fosse o caso. Três semanas após, a sociedade se deparou com o que veio a ser conhecido como o golpe dentro do golpe: o Ato Institucional nº 5. Instaurou-se aí a ordem ditatorial que vigorou até 1978, durando, portanto, dez anos. Foi nesse ambiente político tenso, marcado por expurgos, que as universidades começaram a se adaptar às diretrizes da Reforma.

Cabe destacar, ainda, que a legislação criada foi, na realidade, uma apropriação re-significada da experiência da Universidade de Brasília, atingida em sua infância pela repressão militar. Em outras palavras, o regime pós-64 levou adiante a agenda de reformas institucionais, as chamadas “reformas de base”, debatidas desde a campanha presidencial de 1960. A re-significação empreendida pelo regime ditatorial se deveu à tentativa de despolitização que, de acordo com a lógica de seus administradores, faria das universidades um espaço neutro de modernização econômica.

Analisadas a partir de hoje, percebe-se que, no seu conjunto a Reforma Universitária alterou a concepção de campo científico que desde então transcendeu o espaço físico das Universidades. Ao aliar ensino/pesquisa/extensão e investir na criação de Cursos de Pós-Graduação, a nova lógica do mundo científico rotinizou o assento de professores-pesquisadores nos já existentes comitês nacionais e internacionais de produção e avaliação científica. Mais, ainda, à medida que foram sendo criados os Programas de Pós-Graduação no país, surgiam e/ou proliferavam as entidades destinadas a divulgar o conhecimento científico produzido, como são hoje a Associação Brasileira de História Oral e sua revista, por exemplo.

As alterações na e da vida das IFES não se limitaram aos campos científicos propriamente ditos, tiveram, ao invés, desdobramentos político-ideológicos. Enquanto os estudantes se reagrupavam em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE), na década de 70, os professores se organizavam em associações corporativas. A partir delas uma série de movimentos grevistas dinamizou o cotidiano das IFES federais e, em alguns casos, estaduais. A pressão pela restauração das liberdades democráticas cresceu, pois, em meio à estratégia de distensão do regime que resultou no demorado processo de abertura política com a transição de 1985.

Retornando à vida no campo científico das diferentes áreas do conhecimento, cabe destacar: em meados dos anos 70, mais especificamente na década seguinte, os incentivos à qualificação de professores, até então quase que restritos às áreas técnicas, chegaram às áreas das humanidades. Assim como nos demais campos do conhecimento, a ordem dos gestores do estado era restringir a concessão de bolsa a candidatos que não tivessem passagens por grupos da esquerda organizada. Uma das garantias para esse preceito era que a condução da máquina administrativa das Universidades estivesse nas mãos de dirigentes afinados com os ideais do regime militar. Eram eles, em última instância, que deveriam garantir o cumprimento das exigências da ditadura em suas universidades. Como esse processo ocorreu na UFMG?

Não são muitas as fontes publicadas sobre a UFMG nessa fase, e entre elas se destaca o estudo de história oral, já mencionado, sobre a memória de seis reitores que dirigiram a instituição nas décadas de 1960, 1970 e 1980 (Resende e Neves, 1998). Neste, os entrevistados destacam as constantes pressões que recebiam de autoridades governamentais e também de chefias militares ocorridas desde o início do regime. Segundo relatam, em agosto de 1964 o reitor Aluizio Pimenta foi destituído do cargo pelo comando militar regional. Assumiu em seu lugar um interventor do Exército. Essa medida provocou forte articulação da elite acadêmica com autoridades federais ligadas à UFMG, sendo anulada pelo Presidente da República dois dias depois. Tal reviravolta criou a sensação na comunidade científica local de que seria possível salvaguardar a autonomia da Universidade diante dos constrangimentos impostos pela nova situação política.

Entretanto, em 1969, durante o governo interino da Junta Militar, que substituiu o Presidente Costa e Silva, a Universidade foi violentamente atingida pela decapitação de sua cúpula. Vejamos o relato do físico

Ramayana Gazzinelli ao recordar o episódio de 1969, cujo antecedente foi a sucessão na Reitoria, dois anos antes:

O reitor podia ser reconduzido na época. Aluizio Pimenta tentou ser reconduzido, entrou na lista tríplice, mas, para o governo, ele já era considerado de esquerda naquela época, então ele não foi escolhido. Escolheram (Gérson) Boson, que era uma pessoa que representava a Universidade mais tradicional, da Escola de Direito. Mas Boson não foi mal em relação à reforma (universitária), não foi lá muito bom, mas não foi mal. Acontece que, logo depois, veio uma coisa terrível: Boson foi aos Estados Unidos representando a Universidade, uma visita, e os militares puseram ele para fora, enquanto ele estava lá. Uma pessoa que era um conservador, que era da área deles e eles por algum motivo, algum general aqui implicou com ele por algum motivo, e o aposentaram. Ele ficou chocadíssimo.

Junto com o reitor, perderam os cargos alguns diretores, entre eles o diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Rodolfo Bhering. “E ele andou usando alguns instrumentos de exceção, depois ele foi vítima”, comenta o demógrafo José Alberto de Carvalho que na época era já professor da Faculdade de Ciências Econômicas. Carvalho, entretanto, faz uma ressalva: “Mas era muito difícil para um diretor, ainda mais aqui que tinha fama de esquerdista, aqui era o centro (da mobilização estudantil contra o regime). Os grupos de esquerda mandavam os jovens promissores para cá”.

A UFMG ficou em situação precária, com as cassações de 1969. Houve, então, uma articulação das lideranças favoráveis à autonomia e à reforma universitária no sentido de conseguir a nomeação de um reitor sintonizado com essas idéias. Ramayana Gazzinelli participou destes entendimentos, dos quais deu um relato em seu depoimento:

Nós [professores] tivemos um papel, eu participei disso, isto é, da escolha para reitor na época. Então nós fizemos uma (tentativa), agimos de uma maneira um pouco maquiavélica. Procuramos escolher o Marcelo Coelho. Era um cientista de bom nome. E era uma pessoa muito jovem, era professor assistente na Universidade.

O cunhado dele era um dos generais poderosos da Revolução [Antônio Carlos Muricy, Chefe do Estado-Maior do Exército]. Então, nós falamos assim: – Nós vamos escolher o Marcelo e pôr ele na lista. E fizemos uma lista que, se falhasse, qualquer um dos outros seria uma pessoa razoável. [...] E aí ele foi escolhido. E ele teve um papel importantíssimo, porque aqui foi a única Universidade que não criou o tal Serviço de Segurança. Nós não tínhamos um coronel para ficar com segurança na Universidade. No período todo que nós passamos, qualquer problema mais grave de perseguição aos professores, ele telefonava direto para o Muricy. Então, a Universidade realmente passou por um período tranqüilo, relativamente tranqüilo. Isso é muito aceito.

Dá por diante, a direção da Universidade se manteve a salvo, mas teve que lidar o tempo todo com as pressões dos órgãos de segurança do regime, que opinavam sobre as contratações de professores, as licenças para afastamento do país e outros assuntos da vida interna da instituição.

Nesse sentido, pode-se dizer que a trajetória da UFMG foi, de fato, diferente de outras instituições acadêmicas do país em que a intervenção foi direta, sem rebuços (por exemplo, o Instituto de Manguinhos, a Universidade de Brasília). Ou daquelas em que a elite universitária se adaptou às exigências do regime através da escolha de homens de confiança do mesmo para os cargos diretivos.

Sob outro ângulo, as entrevistas dos reitores revelam o quanto a Universidade era fragmentada em faculdades relativamente autônomas e alocadas em diferentes bairros da cidade. Essa fragmentação política, administrativa e espacial contribuiu para tornar a Universidade vulnerável à ditadura, inclusive porque diretores de algumas faculdades se submetiam às proibições do regime, em desacordo com a orientação autonomista dos reitores. O estudo sobre a memória dos reitores também permite desmistificar uma tese corrente na UFMG que diz que a Instituição ficou relativamente imune às intervenções da ditadura graças à sua coesão interna e capacidade de resistência. Tal tese é, na realidade, uma meia verdade, pois, representantes da ditadura, pertencentes ou não aos quadros da universidade, transitaram por seus diferentes departamentos e em muitas ocasiões fizeram valer as exigências do regime com a anuência de professores que tinham acento nos órgãos colegiados ou ocupavam cargos

de direção. Em entrevista dada ao Programa de História Oral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o atual reitor da UFMG relatou um fato que marcou sua memória da ditadura na Escola de Engenharia. Segundo ele, no início dos anos 70 ocorreu o fechamento de um curso existente há mais de 20 anos. Este, era dirigido a mestres de obras e era ministrado pelos alunos da faculdade e coordenado por professores. Seu fechamento pela Congregação correu, lembra-nos o atual reitor, com apenas os votos contrários dos representantes discentes e o seu que, à época lembrou a todos: “escola não fecha escola” (Entrevista com Ronaldo Tadêu Pena).

A Reforma Universitária de 1968: repressão e resistências

Ao aliar ensino/pesquisa/extensão, a nova noção de campo científico tinha no horizonte três objetivos. Fortalecer os Cursos de Pós-Graduação (naquela época, majoritariamente criados com professores recém chegados do exterior), estimular a participação docente nos Comitês nacionais e internacionais de produção e avaliação científica e, por fim, fazer circular, via publicação acadêmica, o resultado das pesquisas que na época eram poucas. Esta estrutura que hoje conforma o cotidiano das IFES e de algumas instituições estaduais foi sendo implementada em chão fortemente autoritário, contestada pelo movimento estudantil e marcada por diferentes estratégias da comunidade científica não expurgada que, na maioria das vezes, obedecia desobedecendo.

Sobre essa realidade, especificamente, foram recorrentes as menções a fatos que explicitam, de um lado, as estratégias do regime para fazer valer sua visão autoritária e desenvolvimentista de Universidade e, de outro, as práticas da comunidade científica para driblar e re-significar as imposições. Dentre elas, priorizamos os seis pontos mais recorrentes nas memórias de nossos entrevistados, a saber: 1) a repressão via medidas oficiosas; 2) o controle dos militares sobre a escolha de temas de pesquisa desenvolvidos pelos professores; 3) a definição de áreas prioritárias de pesquisa e do perfil do pesquisador; 4) o fim da cátedra e as crises internas na re-estruturação das faculdades e na criação de novos departamentos; 5) o papel das diferentes culturas acadêmicas na UFMG e, por fim, 6) o próprio significado hoje atribuído à Reforma Universitária de 68.

“Todo o procedimento era verbal”

De acordo com prof. José Alberto de Carvalho, então diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e que em 1970 foi fazer sua pós-graduação na Universidade de Londres na área de Demografia, financiado pela Fundação Ford, a contratação de professores, em meados dos anos 70, ainda não era por concurso. Isso permitiu a incluir professores da Universidade Campinas que tinha um curso muito marxista e teve muitos expurgos. Mas, afirma o prof,

Essas contratações eram muito complicadas, porque eram monitoradas pelos militares. Mas..., quando os de lá distraiam, nós contratávamos o professor perseguido. Contratamos vários professores da UNICAMP. Olha, eu voltei da Inglaterra e fui nomeado diretor da faculdade. Nós queríamos contratar o prof. José Antonio, que era considerado um ‘comunista perigoso’, pelo regime. Eu recebi, *obviamente não por escrito*”, uma sinalização contrária à sua contratação. Mas o reitor bancou a contratação e nos deu uma tremenda proteção. Eu não tenho vocação para herói e tinha trinta e poucos anos, mas o reitor nos deu proteção. Nós contratamos o professor que hoje é titular da Faculdade (Entrevista com José Alberto de Carvalho).

Esse padrão de controle oficioso ganhou contorno surpreendente no caso do Prof. Élvio Moreira que tinha militado na da POLOP (Política Operária) na década de 1960. Preso em 1969 por quatro meses, passou por sessões de tortura que lhe deixaram seqüelas. Na ocasião iniciava sua carreira de ensino e pesquisa em Epidemiologia Animal. Na década de 70, ele já era professor da Escola de Veterinária quando recebeu uma bolsa de doutoramento nos EUA e foi impedido de sair do país.

(A prisão em 1969) vai ter repercussão porque quando em 76 eu ganho uma bolsa para fazer um doutorado nos Estados Unidos, eu e a minha esposa, o diretor da Escola me chamou, trancou a porta e falou que ele tinha recebido um comunicado de Brasília e que eu não podia sair. Que eu era não recomendado pelo SNI. Resultado, não sai daqui e tive, mais tarde, que fazer minha pós-graduação aqui mesmo na UFMG (Entrevista com Élvio Moreira).

Recentemente, o prof. Élvio deu início ao levantamento de dados para solicitar sua anistia. Após vasculhar toda a documentação, surpreso, ele verificou a ausência de qualquer registro do fato nos acervos da Universidade e da ditadura. “Todo o procedimento tinha sido verbal [relatou-nos o prof. Élvio], não um só documento que prove meu impedimento de sair do país para fazer o doutoramento, no entanto, aqui fiquei até que fosse criado um curso de pós-graduação e eu pudesse ter o título de doutor!!!”

“Não fiz a tese porque a coleta de dados não foi autorizada”

O caso do prof. Antonio Augusto Prates (Sociologia-FAFICH) é uma das tantas evidências da interferência do poder ditatorial nas pesquisas realizadas no meio universitário. Segundo nos relatou, Antonio Augustos Prates tinha militado clandestinamente na esquerda católica quando aluno do curso secundário. Felizmente, parece que os militares não tinham registro do nome dele. Assim, em 1976, ele estava para concluir seu doutoramento nos Estados Unidos e uma vez tendo cumprido os créditos retornou ao Brasil para preparar a tese. Na época ele fazia um estudo sobre o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Para sua surpresa, *a coleta de dados não foi autorizada*, o que lhe inviabilizou o título de doutor. Quando solicitou o acesso aos dados, os responsáveis em Brasília lhe disseram:

Você está fazendo isso para uma universidade americana, é claro que você vai chegar lá e fazer uma tese arrasando com o Brasil, então nós não vamos poder lhe abrir os arquivos (Entrevista com Antonio Augusto Prates)

Seu doutoramento só foi concluído após o fim da ditadura.

“Os militares colocaram muito dinheiro na universidade”

Sobre a definição do perfil do pesquisador almejado pelo sistema, lembra-nos o físico Antônio Sérgio Teixeira Pires:

Eles [os militares] não interferiam, cada um poderia trabalhar em pesquisa e fazer o que queria. Se alguém não se envolvesse com

política, (isto é), com movimentos de esquerda e esse tipo de coisa, não havia problema. É verdade que alguns físicos na época começaram a se envolver com movimentos de esquerda, e alguns foram cassados, dentre eles dois professores da UFMG. Mas aqueles que queriam se dedicar somente à pesquisa, esses não tiveram o menor problema.

Do ponto de vista de pesquisa os militares colocaram muito dinheiro na universidade, eles realmente tinham um direcionamento mais tecnológico. Hoje o departamento de Física da UFMG é referência nacional. Mas isso foi não construído só a partir dos anos 70. Tinha os professores antigos que fizeram pós-graduação no exterior e depois mediarão a saída dos novos professores. Hoje o departamento de Física tem uma política de pesquisa definida, e isso começou lá traz. Naquela época a universidade era o único lugar com mercado para os físicos, com isso a Física pôde contratar bons profissionais. (Entrevista com Antonio Sérgio Teixeira Pires)

Relembrando o trecho da entrevista anterior, vê-se que “o *fazer o que queria*” não era assim tão livre. O trecho desta entrevista contém uma série de informações importantes para o que queremos compreender. Ao mesmo tempo que reafirma situações como a mencionada acima, ele destaca o papel dos investimentos feitos pelos governos militares em áreas por eles consideradas prioritárias mas também mostra a importância de atores universitários que antes da Reforma Universitária de 68 já desenvolviam pesquisas e funcionaram como mediadores da formação de novos pesquisadores.

“Os catedráticos escolhiam quem eles quisessem”

Em 65 o Parecer Sucupira extinguiu a cátedra vitalícia, no entanto, na antiga Faculdade de Filosofia que então congregava 8 cursos de licenciatura, o exercício da cátedra já vinha sendo alterado pelo então diretor da Faculdade, o prof. Versiani Velloso.

Os catedráticos chamavam pessoas para trabalhar com eles, não é? Escolhiam quem eles quisessem. Mas aí o Velloso [diretor da

Faculdade] falou: – “Não é assim, não, vai entrando porque o fulano falou e pronto. Não!, tem que fazer concurso. Foi aí que ele estabeleceu o *venia legendi* (venha lecionar). A gente fazia esse concurso para poder lecionar na Faculdade (Entrevista com Magda Soares).

As palavras da Prof^a Magda Soares indicam a preocupação com o estabelecimento de critérios universais para o ingresso na Universidade no pré-64. Sabia-se que a assimilação do *ethos* universitário norteado pelo sistema de cátedra era internamente variável. Vale observar, ainda, que a expressão *venia legendi* (venha lecionar) sinaliza outra marca da Universidade, naquele momento, a de que a UFMG, assim como a maioria das universidades federais no país, tinha seu trabalho centrado no ensino. Salvo algumas áreas, como a bioquímica que então pertencia à Faculdade de Medicina, os demais cursos praticamente não incluíam a pesquisa tal como a conhecemos hoje. Na Faculdade de Medicina o catedrático prof. Baeta Viana (catedrático de Bioquímica) mantinha um grupo de pesquisadores financiados pela Fundação Rockefeller. 1962 “não existia dedicação exclusiva”, lembra nosso entrevistado,

Mas nós, os contratados, recebíamos salários da Fundação Rockefeller, através do prestígio do Baeta Viana. Era ela que mandava dinheiro para pagar a ‘dedicação exclusiva’ e quando faltava dinheiro para pagar a dedicação exclusiva, nós trabalhávamos assim mesmo. As vezes eles deixavam de pagar 2 ou 3 meses. O prof. Baeta pagava do bolso dele para nós irmos nos congresso. Hoje isso é impossível! Você imagina!, eu pagava de aluguel Cr 150,00 e ganhava Cr 350,00. Em 64 eu fui oficializado pelo decreto do João Goulart.

A pesquisa? Bem, ela não era feita por todos, mas os que a realizavam eram muito bons. Entre 68/71 eu fiquei nos EUA fazendo o pós-doutorado com bolsa dada por eles (Entrevista com Marcus Vinicius Gomez).

Mesmo extinta pela lei, a cultura da cátedra persistiu e foi motivo de crises no interior das faculdades. Vejamos o que nos diz a profa. Dulciene Queiroz.

Em 1975/76, aqui na Faculdade de Medicina havia aquele ranço das cátedras, não é? O professor titular tinha perdido o poder quase tirânico do catedrático, ele era chefe do das disciplinas, da faculdade. Ele exercia um poder muito grande. Depois, se ele (o catedrático) não podia mais contratar nem demitir, ele ainda continuou exercendo um poder muito grande. Olha! minha turma participou do desmonte dos laboratórios dos catedráticos. Houve uma resistência muito grande porque as pessoas não queriam entregar “suas coisas”, “suas bibliotecas”, para formar uma biblioteca da Escola (Entrevista com Dulciene Maria Magalhães Queiroz).

Entretanto, o peso da cátedra ainda tem um poder simbólico. Quando hoje se quer ressaltar a tradição de uma determinada área, professores que se orgulham de ter participado “do desmonte da cátedra” tendem a se colocar como herdeiros dos nomes que, na época da cátedra, davam prestígio à faculdade. “*Eu sou herdeira dessa tradição de pesquisa do prof. Baeta Viana, embora eu tenha sido aluna dele*”, disse-nos a profa. Dulciene. No trecho da entrevista em que afirma integrar a “família Baeta Viana”, mesmo tendo participado do processo de desmonte da cátedra na faculdade de Medicina, a pesquisadora e professora Dulciene Maria Magalhães Queiroz estava, na realidade, enfatizando a presença da pesquisa na Universidade, pelo menos em algumas áreas, antes da Reforma Universitária de 1968.

“Quando eu cheguei lá, tinha gente da Farmácia, da Engenharia, da Medicina e da Química. Era uma confusão...”

A implantação da nova estrutura universitária também implicou na mudança da espacialidade da Universidade. As Faculdades, antes fragmentadas porque distribuídas em diferentes lugares da capital de Minas Gerais, deram origem aos Institutos que, em meados dos anos 60, começaram a ser alocados em prédios novos no campus da Pampulha. Esse processo de des-territorialização e re-territorialização teve diferentes desdobramentos. Reuniu novos e antigos professores em um mesmo espaço físico o que ajudou a dinamizar a pesquisa com a criação de laboratórios e a formação de novos quadros científicos, definindo assim padrão de trabalho acadêmico onde todos tinham que pesquisar. A reunião dos Institutos

e Faculdade também facilitou o entrosamento entre diretores, professores e reitores, minimizando, portanto, os problemas, já apontados nesse texto, ligados à fragmentação política, administrativa e espacial dos cursos.

Os trechos abaixo, são partes de um dos depoimentos mais pungentes sobre os prós e os contra do processo de re-territorialização da universidade.

Lembro-me que quando eu fui para os Estados Unidos, fiquei dois dias no Rio. A cidade estava ocupada por tanques militares, foi logo depois da famosa passeata dos cem mil (1968). Eu tinha me formado um ano antes na Engenharia e já tinha feito concurso para professor.

Depois que voltei dos EUA, eu encontrei a Universidade completamente mudada. A cátedra tinha sido extinta, os cursos eram em regime semestral e tinha também o sistema de créditos.

E eu tinha sido transferido, à minha revelia, para o ICEX (Instituto de Ciências Exatas). Quando eu cheguei lá, tinha gente da Farmácia, da Engenharia, da Medicina e da Química. Era uma confusão (Entrevista com Carlos Alberto Filgueiras).

Ao trazer essa memória à tona, o prof. Carlos Alberto Filgueiras (engenheiro de formação que fizera sua pós-graduação em Química nos EUA), lembra: “*a montagem do sistema de pesquisa veio de cima para baixo*” e, como tal, atingiu a vida de inúmeros professores pré-reforma. Conforme palavras suas:

Eu presenciei casos angustiantes de pessoas que eram professores há dez, vinte ou mais anos e de repente foram constrangidos a fazer uma atividade que eles nunca tinham feito e da qual nem tinham idéia do que fosse. Falavam: “O que é isso: fazer pesquisa?” Bom, naquela época houve uma certa tolerância... Mas aos trancos e barrancos a coisa foi caminhando e realmente a pós-graduação veio para ficar e ficou.

Na realidade, a montagem do sistema de pesquisa “[*que*] *veio de cima para baixo*” variou não apenas de universidade para universidade, mas também de área para área.

Ao narrar o processo de organização da Faculdade de Educação, área até então integrante da Faculdade de Filosofia, a profa. Magda Soares usa a expressão *invenção*. Segundo ela, os professores que implementaram a reforma, *inventaram a Faculdade de Educação*. Esse processo contou com a participação de professores de outros países, o apoio do reitor da UFMG e o trabalho de uma comissão por ele instituída. Ao usar o termo *invenção*, a prof. Magda Soares chama a atenção para o fato de que a estrutura dos cursos, organizadas em departamentos, disciplinas semestrais era algo novo e, embora a ditadura tivesse imposto o modelo, os professores tiveram uma certa margem de autonomia para adequar os conteúdos à forma imposta de cima para baixo. Em outras palavras, a repressão e o monitoramento da ditadura não lograram controlar, inteiramente, nem a estrutura dos cursos nem os conteúdos a serem ministrados, sobretudo a partir de fins dos anos 70. Do ponto de vista da ditadura, esse aspecto representa uma derrota. No campo da Educação, lembra Magda Soares, “Paulo Freire era um autor lido desde 1974, quando seus livros eram proibidos no país”. Todavia, há que lembrar: essa margem de autonomia requereu cuidado e jogo de cintura.

“Eu acho que a Reforma não dependeu dos militares”

Para finalizarmos, trazemos à tona três avaliações sobre o papel da Reforma Universitária na vida da UFMG que, provavelmente encontrará eco em outras IFES do país. Dois depoimentos oriundos de um mesmo departamento, o de Matemática, e dados por dois professores da mesma geração apresentam visões um pouco distintas da paternidade da Reforma Universitária e seus impactos nos anos subsequentes.

Começamos com as palavras do prof. Márcio Gomes Soares - membro do CTC no período da entrevista, aluno e posteriormente professor do curso de Matemática durante a ditadura -.

Eu acho que isso aí [a Reforma Universitária de 68] não dependeu dos militares. Era uma coisa natural. Já havia uma longa tradição aí, não é? Se você pensa lá no Parecer Sucupira, na criação da própria CAPES, o Anísio Teixeira, que eu acho uma coisa fabulosa.... Foi a sociedade que evoluiu, tem coisas que você não controla, vêm naturalmente (...)

Olha!, a pós-graduação, eu acho que foi uma coisa essencial para dinamizar a Universidade. Porque universidade sem pesquisa é colégio, quer dizer, se você não tem um processo de criação de conhecimento inédito ali dentro..., é colégio ! (Entrevista com Márcio Gomes Soares)

A lógica de toda a entrevista do prof. Marcio Soares apontou para o fator continuidade, ou seja, recusou-se a aceitar a tese, sustentada por outros entrevistados, de que o atual modelo universitário brasileiro seja uma criação dos militares. Cuidadoso, o entrevistado voltou no tempo e apontou nomes, momentos que atestam um movimento longínquo (veja-se a referência a Anísio Teixeira, 1935)² e continuando (lembremos da criação da CAPES, mencionada na entrevista e também do CNPq, ambos de 1952)³ de ações comprometidas como o verdadeiro *ethos* universitário: a produção de conhecimento. Essas experiências, aliada ao modelo de universidade que deu origem à Universidade de Brasília, criada em 1962, e desmantelada pelos militares em 1966 por ser considerada um foco de subversão, criaram as condições para o desenho de um novo perfil para o sistema universitário brasileiro.

Todavia, cabe reconhecer: a tese de nosso entrevistado que aqui chamamos de “continuidade histórica natural” tem um certo quê demiúrgico. Mais: ao afirmar: “...não dependeu dos militares. Era uma coisa natural” e, em seguida completar: “Foi a sociedade que evoluiu, tem coisas que você não controla, vêm naturalmente (...)”, o prof. em questão nos abre espaço para uma problematização importante. Até que ponto esse “*vem naturalmente*” tem valor explicativo? Melhor dito: não se estaria naturalizando o processo de profissionalização da universidade?

A comparação entre países durante as ditaduras militares da América Latina, abordada em durante a entrevista com o prof. José Alberto de Carvalho da Faculdade de Ciências Econômicas, pode nos ajudar a problematizar a visão acima. Ouçamos,

Isso [o crescimento das áreas de conhecimento da UFMG] é um paradoxo. Quando eu era aluno, nós fizemos muita manifestação

2 Sobre esta questão, ver Fávero, 2006.

3 Vale observar que o Parecer Sucupira data de 03/12/1965. Parecer 977 da Câmara de Ensino Superior(C.E.Su) do Conselho Federal de Educação já sob a orientação do regime militar.

contra a entrada da Ford no financiamento da pós-graduação aqui na UFMG. Nós gritávamos: agentes do imperialismo!!!, agentes do imperialismo!!!; Era uma situação muito tensa. Durante a ditadura, o programa de rádio mais ouvido era a Hora do Brasil, porque era ali que saía a lista dos procurados pelo regime!

Em continuação, lembra o professor:

Depois, você vê, eu fui para a Universidade de Londres financiado pela Ford. O CEDEPLAR começou por causa dela. É um paradoxo ! Hoje eu penso muito..., comparando Brasil, Chile e Argentina durante a ditadura.... Veja, apesar de tudo, da repressão, a CAPES, o CNPq se mantiveram, mas na Argentina a situação foi terrível, lá a Universidade até hoje não se levantou...Não estou justificando a ditadura, que isso não se justifica..., houve muito expurgo, muita perda de cérebro importante, mas aqui foi diferente de lá [Argentina e Chile], não é...? (Entrevista com José Alberto de Carvalho)

Se se verticaliza a análise do processo de modernização técnico-acadêmica da universidade no Brasil chega-se à sua relação com o projeto desenvolvimentista dos militares do pós-64. Na visão dos governos militares, a universidade brasileira era um suporte importante para suas políticas de modernização tecnológica do país, para seu projeto de crescimento econômico e ampliação de seu papel político na América Latina. Este aspecto explica, em grande parte, o investimento feito na formação de seu corpo docente e na conseqüente modernização de seus espaços de pesquisa, fatores muito ligados à política MEC-USAID.

Entretanto, concordamos com o Prof. Márcio Soares quando ele afirma, em outro momento da entrevista, que a implementação da Reforma Universitária de 68 foi imposta de cima para baixo e que, na UFMG em particular, custou a vida de 10 estudantes, a interrupção da carreira acadêmica de 08 professores, a suspensão, ainda que temporária, de um reitor, sem falar no clima essencialmente anti-democrático, responsável pela instauração da cultura do medo e da negação dos direitos civis e políticos entre estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos.

Trechos da segunda entrevista realizada, também no atual Departamento de Matemática, são extremamente importantes para se refletir sobre a comparação entre tempos de um mesmo espaço geográfico, embora distinto politicamente. Perguntado sobre o significado da Reforma Universitária de 68, o matemático, prof. Dan Avritzer disse-nos:

Eu vou dizer uma coisa um pouco polêmica. Mas eu tenho muita clareza disso hoje. Porque a gente está aqui há trinta anos. Quando alunos, nós fomos extremamente críticos do regime. Eu ainda continuo crítico, nunca vou apoiar a ditadura em nenhum sentido. Mas é preciso reconhecer que ela fez uma coisa que foi interessante para o Brasil. Eu acho que partiu dela a criação de um sistema de pós-graduação e pesquisa. É curioso e até cruel, mas eu vejo a história assim.

Naquela época, nós criticávamos tudo, achávamos que com a democratização tudo ia ficar melhor. Mas o governo Fernando Henrique particularmente tratou muito mal a Universidade e a pesquisa no Brasil. É curioso, mas eu acho que o governo Lula está retomando muita coisa que veio lá de trás, não é? Em termos de priorização do ensino público, das agências de fomento [...] A gente está vendo agora uma interiorização da Reforma, com os nossos alunos indo para as universidades do interior (Entrevista com Dan Avritzer).

Estimulado pela expansão do sistema universitário brasileiro, pelo atual modelo de universidade pública no país, o prof. Dan Avritzer coloca uma série de questões importantes para serem pensadas, refletidas e pesadas por todos nós.

Retomando as palavras de Todorov, escolhidas para abrir esse artigo, diríamos que esse conjunto de discursos sobre a construção do novo modelo de universidade pública no Brasil durante o período da ditadura, mais que o fechamento de uma etapa de sua história é um convite para pensarmos, refletirmos e pesarmos as experiências vividas, as conquistas logradas e as perdas irreparáveis que a marcaram. Para se evitar “o entusiasmo ou à cólera” que em nada ajuda a compreender o passado, acreditamos ser fundamental que o tema da Reforma Universitária de 1968 continue a estimular a criação de outros arquivos de memórias que possam

ajudar elucidar a diversidade e a complexidade que marcaram o cotidiano das diferentes IFES do país. As comparações que elas podem proporcionar certamente ajudarão a elucidar mitos que ainda hoje sacralizam o passado ao mesmo tempo em que criarão condições para análises históricas sacrílegas porque problematizadoras e desnaturalizadoras do passado.

Entrevistas

Entrevista com Antonio Augusto Prates, realizada por Otavio Dulci e Maria Eliza L. Borges. Belo Horizonte, 28/11/2007.

Entrevista com Antonio Sérgio Teixeira Pires, realizada por Mauro Conde. Belo Horizonte, 6/8/2007.

Entrevista com Carlos Alberto Filgueiras, realizada por Mauro Conde. Belo Horizonte, 27/7/2007.

Entrevista com Dan Avritzer, realizada por Mauro Conde. Belo Horizonte, 04/06/2007.

Entrevista com Dulciene Maria de Magalhães Queiroz, realizada por Maria Eliza L. Borges. Belo Horizonte, 22/12/2006.

Entrevista com Elvivo Moreira, realizada por Maria Eliza L. Borges. Belo Horizonte, 28/11/2006.

Entrevista com José Antonio de Carvalho, realizada pelo prof. Otávio Dulci. Belo Horizonte, 2/2/2007.

Entrevista com Magda Soares, realizada por Maria Eliza L. Borges. Belo Horizonte, 4/10/2007.

Entrevista com Márcio Gomes Soares, realizada por Mauro Conde. Belo Horizonte, 27/7/2007.

Entrevista com Marcus Vinícius Gómez, realizada por Otavio Dulci e Mauro Conde. Belo Horizonte, 26/11/2006.

Entrevista com Ronaldo Tadêu Pena, realizada por profa. Maria Eliza L. Borges. Belo Horizonte, 30/8/2007.

Referências Bibliográficas

COSTA, Amilton. A luta pela reforma universitária: Florestan Fernandes, 1964-69. disponível em: <http://www.ppe.uem.br/resumos/resumos/2005-08.prn.pdf>. Acessado em 27/05/2008.

- FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*. Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acessado em: 27/5/2007.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage; NEVES, Lucilia de Almeida (Org.). *Universidade Federal de Minas Gerais – Memória de Reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.
- TRINDADE, Hélió. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/mollis/trindade.pdf>. Acessado em: 27/05/2007.

Resumo: O artigo analisa o processo de implantação da Reforma Universitária de 1968 na Universidade Federal de Minas Gerais. Para tanto, prioriza a memória oral de professores de diferentes áreas do conhecimento científico que, à época, eram alunos ou membros do corpo docente da instituição. Dentre os aspectos analisados, destacam-se, de um lado, os mecanismos utilizados pelo regime ditatorial ao longo da implementação da lei Lei nº 5.540/68, de 28/11/1968 e, de outro, as práticas de resistência da comunidade local durante o processo de mudança que definiu o novo modelo de Universidade no país.

Palavras-chave: memória oral; ditadura; resistência, universidade.

The University Reform of 1968: memories of repression and resistance at UFMG

Abstract: This article analyses the process in which the University Reform was implemented in the Federal University of Minas Gerais, in 1968. It focus in the oral memory of professors from many different knowledge fields who, in that time, were students or members of the faculty staff of the institution. Among the analysed aspects, it is important to highlight, in one hand, the mechanisms used by the dictatorship during the period covered by the law nº 5.540/68, from 28/11/1968, and, on the other hand, the resistance practices of the local community during the changing process which defined the new university model in Brazil.

Keywords: oral memory; dictatorship; resistance; University.